

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 07/08/2018

- [Alemã é condenada por alugar filho a pedófilos na internet](#)
- [Formação sobre o Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento de Crianças e Adolescentes](#)
- [Coordenadoria da Infância e da Adolescência tem nova composição](#)

Assunto: Alemã é condenada por alugar filho a pedófilos na internet

Fonte: Portal G1

Data: 07/08/2018



Uma mulher foi condenada a 12 anos e seis meses de prisão, no sul da Alemanha, por "alugar" o filho para fins sexuais a pedófilos na dark web (internet obscura, em tradução livre).

O tribunal de Freiburg também condenou o padrasto da criança a uma pena de 12 anos de reclusão.

Berrin Taha, de 48 anos, e Christian Lais, de 39 anos, são alemães e vivem em Staufen, perto de Freiburg.

O menino, que agora vive com uma família adotiva, tinha nove anos quando o julgamento começou, no mês de junho.

O tribunal também condenou um espanhol a 10 anos de prisão por abusar repetidas vezes do menino. Outros cinco homens foram indiciados no mesmo caso.

O casal foi considerado culpado de estupro, agressão sexual de menor, prostituição forçada e distribuição de pornografia infantil.

Falhas das autoridades

Durante o julgamento, foi revelado que o próprio casal também abusou sexualmente do garoto por pelo menos dois anos.

Vídeos exibidos no julgamento mostraram cenas do menor sendo vítima de abuso sexual, amarrado, sofrendo humilhação verbal e xingamentos.

Segundo a mídia alemã, assistentes sociais do Estado de Baden-Wuerttemberg foram duramente criticados por não terem impedido o abuso do casal.

O garoto chegou a ser retirado temporariamente da residência do casal por assistentes sociais, mas devolvido a eles pouco depois.

O site de notícias Spiegel aponta para várias falhas como falta de comunicação entre os responsáveis por acompanhar o caso do garoto.

A dark web, a plataforma em que o garoto era "oferecido", é uma área da internet fora do alcance dos motores de busca convencionais. Por isso, é usada muitas vezes para atividades ilícitas, como pedofilia, para compartilhar, vender ou acessar imagens de crianças sofrendo abuso sexual.

Assunto: Formação sobre o Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento de Crianças e Adolescentes

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 07/08/2018



Formação sobre o novo sistema nacional de adoção e acolhimento de crianças e adolescentes |
Para Juízes, Promotores, Defensores e Servidores

21 e 22 | agosto | 2018
Brasília – DF
Conselho da Justiça Federal
Setor de Clubes Esportivos Sul,
SCES Trecho III, Polo 8, Lote 9

Clique Aqui

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Conselho da Justiça Federal (CJF) e a Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude (Abraminj) realizará entre os dias 20 e 22 de agosto o lançamento do curso sobre o Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento de Crianças e Adolescentes, destinado especialmente para juízes, promotores, defensores públicos e servidores públicos.

O lançamento do novo cadastro ao público destinado será no dia 20 de agosto, o curso acontecerá entre os dias 21 e 22 de agosto, no Superior Tribunal de Justiça – Setor de Administração Federal Sul – Quadra 6, Lote 1, Trecho III, Brasília - DF.

Novo Cadastro Nacional de Adoção

O novo CNA está sendo implementado no Brasil de maneira gradativa, de forma que pessoas atuantes na área possam se familiarizar com os novos procedimentos. O curso tem como principal objetivo a formação básica de juízes, promotores, defensores públicos e servidores do judiciário sobre as novas ferramentas do CNA com intenção de que conheçam e depois compartilhem o conhecimento com seus colegas em cada estado.

Acesse o endereço abaixo para se inscrever:

<https://www2.cjf.jus.br/educare/ficha-inscricao?codTurma=201>

Hospedagem

O hotel Grand Mercure Brasília Eixo fornecerá aos participantes do evento tarifas promocionais para hospedagem. Interessados podem entrar em contato pelo telefone (61) 3426-4048 ou pelo e-mail: h3627-re2@accor.com

Assunto: Coordenadoria da Infância e da Adolescência tem nova composição

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 07/08/2018



A superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), juíza Valéria da Silva Rodrigues, empossou nesta segunda-feira, 06 de agosto, os novos integrantes do órgão e apresentou as principais diretrizes para o biênio 2018/2020.

A Coinj tem como objetivo dar suporte a magistrados, servidores e às equipes multiprofissionais que atuam na área; acompanhar, atualizar e dar efetividade à legislação e proposições significativas.

As juízas Aldina de Carvalho Soares, auxiliar da corregedoria e secretária da Coinj e Andriana Alcântara Ferreira Chaves, da Vara da Infância e da Juventude e de Precatórias Cíveis da comarca de Governador Valadares; os juízes Afrânio José Fonseca Nardy, da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte; Flávio Schmidt, da Vara Única da Comarca de Muzambinho; Eliseu Silva Leite, da Vara da Infância e da Juventude e de Precatórias Criminais de Montes Claros; Sérgio Luiz Maia, da Vara Única de Nepomuceno; José Roberto Poiani, da Vara da Infância e da Juventude de Uberlândia; Marcos Padula, da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte e Ricardo Rodrigues de Lima, da Vara da Infância e da Juventude de Juiz de Fora, passam a integrar a Coinj.

A juíza Valéria Rodrigues afirmou durante a posse que três pontos serão priorizados. Um deles é a regulamentação, junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), da Lei 13.431/2017 que trata, entre outros temas, do depoimento especial e escuta especializada. A magistrada defende que seja elaborado um levantamento das demandas envolvendo crianças e adolescentes apresentadas nas varas de Infância e Juventude para normatizar a atuação dos magistrados na aplicação dessa Lei.

Outro ponto é buscar, junto à Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), a oferta de cursos para capacitação de juízes que atuam nesse segmento. Por fim, incentivar a elaboração, por parte dos magistrados, de projetos de responsabilidade social nas comarcas mineiras.

Durante a reunião, a juíza Valéria Rodrigues também disse que irá atuar junto ao Estado para que um sistema on line de vagas para os menores infratores cumpra as medidas socioeducativas aplicadas seja implantado.

Rede de Proteção

O juiz Ricardo Rodrigues de Lima, da Vara da Infância e da Juventude de Juiz de Fora, afirmou que sua expectativa com a nova composição da Coinj é ampliar a rede de proteção aos magistrados que atuam diretamente com as crianças e adolescentes. “Há situações em que o

Poder Público deixa de atuar, o que repercute negativamente na política de atendimento à criança e ao adolescente. Nesse cenário, quando se precisa atuar em casos complexos, é necessário apoio para dar efetividade à Justiça”, disse.

Entre os principais inciativas da Coinj estão o Programa de Orientação, Trabalho e Oportunidades – Porto – Jovens Partindo para Novas Atitudes, Orquestra Jovem e Coral Infanto-Juvenil, Expresso Coinj, Exposição Fotográfica “Infância e Juventude – Novos Olhares, Conte sua História” e Cantata de Natal.